



Dia a Dia

No piloto automático

Com a prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB) em visita a portos da América Central e Estados Unidos, e sua vice, Maria Regina Leal Mariano (PMDB), em campanha para deputada estadual, Guarujá, na prática, está aos cuidados do primeiro escalão do Executivo.

Não recebeu

Pela legislação, na ausência do prefeito e do vice, a administração é de responsabilidade do presidente da Câmara, no caso, José Carlos Rodriguez (DEM). No entanto, o cargo não lhe foi transmitido.

Passado recente

Então vice-prefeito de Guarujá em 2007, José Rodrigues Tucunduva Neto (PSDB) ganhou na Justiça o direito de assumir a Prefeitura durante visita internacional de Farid Madi (PDT, 2005-2008). Encontrou as portas fechadas e recorreu a um chaveiro para entrar no gabinete, num dos episódios mais polêmicos da política guarujaense nos últimos anos. A exemplo de Farid e Tucunduva em 2007, Antonieta e sua vice têm as relações rompidas.



Pedágios já renderam R\$ 7 milhões

DA REDAÇÃO

Mais de R\$ 7 milhões. Esse é o valor arrecadado somente em 2010 (até maio) por cinco municípios da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Praia Grande) que são cortados por rodovias pedagiadas. O montante é recolhido por meio de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

A arrecadação de 2010, somada ao total recebido pelas cidades nos últimos dois anos, representa mais de R\$ 32 milhões (ver quadro).

Em Cubatão, cidade da região que mais arrecada com as praças de pedágio, o recolhimento junto à concessionária Ecopistas somou nos cinco primeiros meses do ano R\$ 3.531.695,18. Já São Vicente arrecadou e R\$ 1.992.236,17, en-



Arrecadação de 2010, com o total recebido pelas cidades nos últimos dois anos, chega a R\$ 32 milhões

Continuação



A Tribuna
Terça-Feira, 10 de Agosto de 2010

Quanto foi arrecadado

Cidade	2008	2009	2010	Total
Cubatão	6.149.701,59	6.642.264,61	3.531.695,18	16.323.661,38
Guarujá	793.925,98	852.577,16	452.836,48	2.099.339,62
Praia Grande	144.592,06	163.234,88	85.591,95	393.418,89
Santos	1.779.238,42	1.895.893,23	1.023.295,30	4.698.426,95
São Vicente	3.521.589,62	3.923.494,42	1.992.236,17	9.437.320,21
Total	12.389.047,67	13.477.464,30	7.085.655,08	32.952.167,05

quanto Santos obteve R\$ 1.023.295,30 com o imposto.

O ISSQN é recolhido pelas prefeituras diretamente junto às concessionárias e a porcentagem varia entre 3% e 5%, de acordo com a alíquota fixada por cada um dos municípios.

Os dados são da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), órgão vinculado à Secretaria de Transportes.

No Estado, 242 municípios

são cortados pelas rodovias concedidas e recolhem o imposto junto às concessionárias. Esses recursos já somam mais de R\$ 1 bilhão desde 1998, quando o plano de concessões foi instituído.

Segundo o Estado, na atual gestão já foram concedidos mais 1.700 quilômetros de vias, que devem garantir R\$ 8 bilhões de investimentos na malha rodoviária e a manutenção de mais de 900 quilômetros de estradas vicinais.



Guarujá

Programa Cata Coisa estará na Perequê

Nesta semana, o programa “Cata Coisa” realizará os serviços de coleta de entulhos nos bairros da região do Perequê, em Guarujá. Para facilitar o trabalho dos funcionários, é importante que a população coloque o material em frente as residências, com um dia de antecedência.



Programa prevê produção sustentável de petróleo e gás

Colegiado envolve 14 secretarias de Estado, prefeituras do Litoral, entidades empresariais e centros de ensino e pesquisa

DIVULGAÇÃO

Da Reportagem

Planejar o novo impulso de desenvolvimento com a exploração da camada de pré-sal, mas criterioso para evitar uma bolha de crescimento desordenado nos municípios do Litoral. Estas são algumas atuações previstas no Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural, sancionado na manhã de ontem, pelo governador Alberto Goldman. O documento foi assinado durante a abertura do 11º Encontro Internacional de Energia: "São Paulo: o futuro da energia começa aqui", realizado na Capital.

Com a medida, será formado um conselho, composto por 14 secretarias de Estado, prefeituras do Litoral paulista,

entidades empresariais e institutos de ensino e pesquisa. O colegiado será responsável em planejar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável regional, já prevenindo os impactos urbanísticos nas cidades litorâneas diretamente afetadas com a extração do óleo.

Qualificar as empresas já existentes e atrair novos empreendimentos à cadeia de fornecedores de bens e prestadores de serviços. estão contemplados no documento, composto por oito itens. O decreto ainda estabelece aplicações em formação de mão-de-obra, com ênfase nos municípios do Litoral, para atender as demandas do setor.

Para atender as futuras demandas urbanas, o grupo de trabalho também deverá estudar soluções para o transporte de

passageiros e de cargas, de fornecimento energético e de saneamento básico. Segundo as projeções do Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a Baixada Santista registrará um crescimento populacional de até 11% na próxima década.

O programa colocará em prática os estudos elaborados pela Comissão Especial de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo (Cespeg), criada em setembro de 2008. O órgão foi criado para utilizar os benefícios econômicos da atividade petrolífera para a geração de conhecimento e minimizar os impactos ambientais e sociais que poderão gerar em território paulista.

Sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento, o conselho deverá iniciar seus trabalhos nos

Continuação



Diário do Litoral
Terça-Feira, 10 de Agosto de 2010



Com o decreto assinado ontem, será criado um colegiado responsável em planejar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável das cidades do Litoral Paulista

próximos 30 dias. Além das prefeituras e entidades parceiras, o conselho será composto pelas seguintes pastas Casa Civil,

Economia e Planejamento, Educação, Emprego e Renda, Ensino Superior, Fazenda, Habitação, Meio Ambiente, Saneamento e

Energia, Saúde, Segurança, Transportes e Transportes Metropolitanos, e pela Procuradoria Geral do Estado.